



**Aumento do número
de estupros no estado
provoca discussão no
Parlamento fluminense**

PÁGINAS 4 e 5

JORNAL DA ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Ano XI - Nº 269 – Rio de Janeiro, 1º a 15 de junho de 2013



Rafael Wallace

Compras Verdes



**Impresso
Especial**

9912242287/2009-DR/RJ
ALERJ

/// CORREIOS ///



**Presidente da Alerj anuncia construção
de prédio altamente sustentável em
evento sobre a ecoaquisição**

PÁGINAS 6, 7 e 8

FRASES



Rafael Wallace

“Percebemos como é importante ter acesso à cultura. É o meio mais imediato para que a nossa população receba educação e passe momentos de satisfação ao lado de suas famílias”

Marco Figueiredo (PSC), falando sobre eventos turísticos no interior do estado

“A realidade da garotada nas escolinhas de futebol, muitas vezes, é dramática, porque são garotos em uma idade decisiva para a sua formação”

Marcelo Freixo (PSol), sobre lei que garante direitos a menores nas escolas de futebol

“Quando um documento é roubado, o cidadão vai a uma delegacia fazer o B.O. Mas, só esse procedimento não impede que bandidos utilizem esses documentos para aplicar vários golpes”

Waguinho (PRTB), justificando criação de cadastro para documentos roubados

VOCÊ SABIA?

Agências reguladoras terão Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) 24 horas

As agências reguladoras do estado terão de prestar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 horas. É o que obriga a Lei 6.465/13, promulgada pelo presidente da Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB), e publicada no Diário Oficial do Legislativo. A norma abrange a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro (Agenera) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes (Agetransp), e as ligações para o SAC serão gratuitas. Autor da medida, o deputado **André Ceciliano (PT)** explica que o direito do consumidor de se queixar dos serviços às agências reguladoras vinha sendo limitado pelo horário comercial e cobrança do serviço. “O objetivo é garantir o direito sagrado do consumidor de exigir seus direitos”, afirma. “As agências são um canal importantíssimo para que os consumidores possam tirar suas dúvidas e, até mesmo, fazer denúncias a respeito dos serviços que esses órgãos regulam e fiscalizam. Sendo assim, o serviço de atendimento ao cliente precisa ser prestados 24 horas por dia”, defende.

PROJETO

Comercialização de lanches acompanhados de brindes ou brinquedos poderá ser proibida

“O projeto tem como objetivo proibir a venda casada de lanches e brindes ou brinquedos em cantinas, lanchonetes e estabelecimentos congêneres em escolas públicas e privadas, do ensino fundamental ao superior, e em estabelecimentos comerciais no estado do Rio. É de conhecimento de todos que esses brindes influenciam crianças e adolescentes na compra de lanches calóricos, o que tem contribuído bastante para deixar os consumidores infantojovens com pro-

blemas de saúde causados pela obesidade precoce. A proposta também intenciona minimizar danos pela ingestão acidental de pequenas partes desses brinquedos, além de outras doenças ocasionadas pelo simples ato de levá-los, já contaminados, à boca. As denúncias quanto ao descumprimento dessa lei, o que poderá acarretar multas, deverão ser feitas à Secretaria de Estado de Proteção e Defesa do Consumidor ou à Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj.”



Armando José (PSB)

Baixe agora o aplicativo da Alerj para smartphones:

<http://j.mp/alerjapp>



O JORNAL DA ALERJ está disponível também em áudio. Divulgue!

<http://j.mp/audiojornal269> ou aponte o leitor de QR Code de seu celular



EXPEDIENTE



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Roberto Henriques

3º Vice-presidente
Gilberto Palmares

4º Vice-presidente
Rafael do Gordo

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Thiago Pampolha

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal da Subdiretoria
Geral de Comunicação Social da
Assembleia Legislativa do Estado do
Rio de Janeiro

Jornalista responsável: Luisi Valadão
(JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Everton Silvalima

Chefe de reportagem: Fernanda Galvão

Equipe: Ana Paula Teixeira
(diagramação), André Nunes, Fernanda
Porto, Marcus Alencar, Raoni Alves,
Symone Munay e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Mayo Ornelas

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: Amanda Bastos, Bárbara
Figueiredo, Bárbara Souza, Bruna Motta,
Camilla Pontes, Eduardo Paulanti, Fabiane
Ventura, Fábio Peixoto, Gabriel Esteves
(foto), Gabriel Telles (foto), Lucas Lima,
Ruano Carneiro (foto) e Thiago Manga

Telefones: (21) 2588-1404 / 1383

Fax: (21) 2588-1404

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406
CEP 20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br
www.twitter.com/alerj
www.facebook.com/assembleiarj
www.alerjnoticias.blogspot.com
www.radioalerj.posterous.com

Impressão: Imprensa Oficial
Tiragem: 5 mil exemplares

siga a @alerj no

www.twitter.com/alerj

Receba o  em casa
JORNAL DA ALERJ
<http://bit.ly/jornalalerj>

Veja nossos
álbuns do Picasa

<http://bit.ly/alerjpicasa>

Ouçã sonoras dos deputados
radioalerj.posterous.com



MEDALHA TIRADENTES

Revolução agrícola

Evento comemora as quatro décadas de serviços prestados pela Embrapa

THIAGO MANGA

Os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foram motivo de homenagem no dia 3, no plenário da Alerj, por iniciativa da Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira da Casa. “A Embrapa foi fundamental na revolução agrícola que o Brasil viveu nos últimos anos”, afirmou o deputado **João Peixoto (PSDC)**, presidente do colegiado. Diversas autoridades da empresa estatal estiveram presentes na sessão solene e assistiram a dois vídeos exibidos nos telões do plenário. “Agradeço, em nome da diretoria da Embrapa, ao Legislativo fluminense pela homenagem. Nunca nos esqueceremos daqueles que dedicaram a vida à Embrapa e à pesquisa agropecuária”, agradeceu a diretora Administrativa da estatal, Vânia Castiglioni.

Ela ressaltou que o convívio entre a ciência e a política proporcionou um menor custo tanto para o agricultor quanto para o consumidor brasileiro. Também na solenidade, o deputado **Paulo Ramos (PDT)**



Ações da Embrapa favoreceram agricultores de diversas regiões do estado

elogiou a contribuição da Embrapa para a questão alimentar brasileira. “A Embrapa é testemunho da capacidade dos brasileiros e sua atuação expressa a preocupação com a alimentação do povo”, enalteceu o parlamentar, completando que a empresa sempre teve o compromisso com o desenvolvimento inclusivo, “nunca atendendo apenas ao agronegócio”.

João Peixoto encerrou a sessão revelando que apresentou uma indicação legislativa para que o Governo do estado isente o produtor rural do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da energia elétrica. “Como pequeno agricultor que sou, sei das dificuldades que enfrentam esses trabalhadores. Com essa isenção, os mesmos poderão irrigar suas plantações sem comprometer seu orçamento”, finalizou.



Quarenta anos de avanços

Fundada em 26 de abril de 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária realizou, ao longo de 40 anos, significativos avanços na área de pesquisa agropecuária, transformando o Brasil em um dos líderes mundiais em tecnologia para a agricultura tropical. A Embrapa hoje conta com quase 10.000 funcionários e realiza cerca de 100 projetos de cooperação técnica com países da América Latina, do Caribe e da África. O Brasil hoje produz 160 toneladas de produtos agropecuários por ano, sendo um dos maiores exportadores deste tipo de produto no mundo.

Vânia ressaltou dedicação de quem fez muito pela pesquisa agropecuária



Solenidade serviu para destacar melhorias no convívio entre ciência e política





DIREITOS DA MULHER

O drama da violência sexual

Alerj discute ações e políticas públicas para conter avanço do estupro

BÁRBARA FIGUEIREDO, FABIANE VENTURA E LUCAS LIMA

Está ficando cada vez mais comum ver todos os dias nos jornais, na internet e nas tevês e ouvir nas rádios casos de mulheres que foram abusadas sexualmente e que, com isso, têm que lidar com a dor de conviver com essa lembrança. Há cinco anos, a lei federal que criminaliza o estupro ganhou modificações e passou a ser mais abrangente, o que mexeu nos índices desse crime no País – qualquer ato libidinoso passou a se enquadrar na definição de estupro. Além disso, discute-se atualmente o Estatuto do Nascituro, que, dentre outras coisas, estabelece que toda mulher que for estuprada e engravidar terá direito à pensão alimentícia, garantida pelo estupro ou pelo Estado. Diante de tudo isso, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alerj, presidida pela deputada **Inês Pandeló (PT)**, está engajada em realizar audiências para discutir a questão.

No dia 6, a petista presidiu um debate, no Palácio Tiradentes, que contou com a presença de autoridades da Segurança Pública. A chefe de Polícia Civil, delegada Martha Rocha, mostrou os últimos dados: de janeiro a abril de 2013, 1.822 casos de estupro foram registrados no estado, sendo a maioria praticada em cidades da Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Queimados e Mesquita. “Estamos trilhando o caminho certo com a readequação do policiamento preventivo. As mulheres estão procurando a Polícia, demonstrando confiança. E as instituições estão dando respostas que resultam na prisão dos autores”, assegurou Martha.

Para dar seguimento ao controle da incidência desse crime, Inês

destacou que pretende criar um comitê para gerir um sistema de registros chamado Observa Mulher-RJ, uma garantia que consta da Lei 6.457/13, da própria deputada. “Existem os dados nas delegacias e a tendência é que eles cresçam, abordando a área da Saúde, com mulheres que não denunciam, mas procuram os hospitais após os abusos”, explicou. Também envolvidos com o tema, os presidentes das comissões de Direitos Humanos e Cidadania e de Segurança Pública e Assuntos de Polícia resolveram ampliar o debate.

De acordo com o presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado **Iranildo Campos (PSD)**, para prevenir é necessário mais guardas municipais nas ruas, além de câmeras, iluminação pública e conscientização educacional. “Essa falta de estrutura faz com que as mulheres que saem de casa nas primeiras horas da manhã para trabalhar passem por

lugares escuros, sem segurança, o que as deixa vulneráveis”, alertou. O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado **Marcelo Freixo (PSol)**, ressaltou o cuidado com as vítimas: “O Estado tem



Inês vai criar o Observa Mulher-RJ



Rafael Wallace

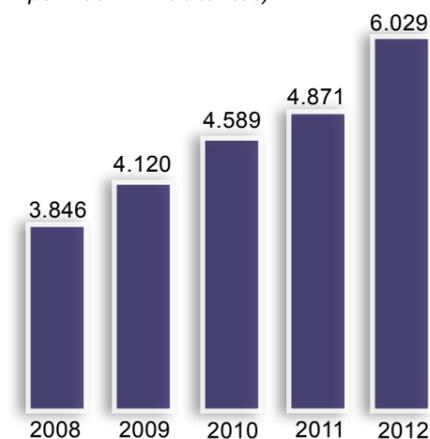


“Foi a pior experiência de todas”

Há 23 anos, A.B. foi até a esquina de casa comprar leite para o filho de apenas 1 ano e passou pela “pior experiências de todas”. “Quando saí do bar, fui abordada por um homem armado que me obrigou a ir até um terreno abandonado e me violentou em cima de uma pilha de entulho, o que deixou os meus cotovelos e joelhos completamente machucados e sangrando muito”, relembra a mulher de 43 anos. “Tinha parado de tomar pílula anticoncepcional e estava em período fértil. O grande desespero, além do que aconteceu, era ficar grávida de um monstro desses, já que não faria um aborto, mesmo nesse caso”, sustenta.

Para ela, os dias seguintes foram de dor e tristeza. “Fiquei sem vontade de comer, apenas fumando e bebendo café e com medo de abrir uma porta. Poucos anos mais tarde, passei por dois assaltos a mão armada. Todos esses fatos me ajudaram a desenvolver a Síndrome do Pânico”, expressa a mulher, que não consegue esquecer da violência e nem do rosto do agressor. “Tenho na minha cabeça a visão desse homem até hoje. Tenho certeza que o reconheceria, pois fui envelhecendo a memória junto comigo”, lamenta.

Série histórica de estupro no Estado do Rio de Janeiro (Valores Absolutos e Taxa Anual por 100 Mil Habitantes)*



*Fonte: Instituto de Segurança Pública



Gabriel Telles

Martha Rocha: prevenção é o caminho

que garantir também a assistência dessa vítima com atendimento psicológico e inserção no mercado de trabalho”.

O relativo aumento dos casos de estupro ainda intriga as autoridades. “Cresceu o número de registros. Se isso é uma consequência apenas do número de estupro, só um estudo mais aprofundado poderá dar a resposta”, explicou a coordenadora do Núcleo de Pesquisas do Instituto de Segurança Pública (ISP), Andréia Soares.

Veja o **Dossiê Mulher 2012**

<http://j.mp/dossiêmulher>



Ou aponte o leitor de QR Code de seu celular

Ping-Pong

Nesta entrevista, a coordenadora das delegacias de Atendimento à Mulher (Deams) da Secretaria de Segurança Pública, delegada Márcia Noeli (foto), fala sobre prevenção, investigação e enquadramento legal das denúncias de estupro.



Divulgação

Só as Deams podem receber denúncias de crimes contra as mulheres?

A Deam é uma política pública criada em 1985, com o objetivo de incentivar as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual a denunciar. Isso, no entanto, não impede que as demais delegacias também façam os registros.

Depois da alteração na Lei 12.015/09, podemos dizer que houve aumento no número de casos. As mulheres estão denunciando mais ou a mudança está contribuindo para esse crescimento?

A lei mudou a tipificação do crime de estupro. Antes, ele só podia ter como vítima a mulher. Hoje, tanto homens como mulheres podem ser vítimas. Os atos libidinosos diversos da conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça, também são considerados estupro. Outra modificação importante é o estupro de vulnerável, que só podia ser denunciado pelo representante legal do menor. Agora, nos casos de estupro com menores de 14 anos, qualquer pessoa pode denunciar. Acredito também que a resposta da Polícia Civil, com efetivas prisões dos estuprodores, está fazendo com que as mulheres procurem as delegacias e denunciem.

Como os municípios que não possuem uma Deam são atendidos?

Nesses lugares, as vítimas são atendidas nas delegacias distritais. Os policiais civis, tanto das Deams quanto das distritais, são capacitados para atender as vítimas de violência doméstica e sexual.



CAPA

Novo prédio da Alerj seguirá padrões sustentáveis

Parlamento fluminense busca sustentabilidade em compras públicas

VANESSA SCHUMACKER, BÁRBARA SOUZA E FÁBIO PEIXOTO

O termo desenvolvimento sustentável, usado pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio-92, não só mudou a consciência da população como também trouxe a necessidade de uma nova legislação para nortear a relação entre economia e sustentabilidade na administração pública. Buscando estabelecer critérios para os seus processos administrativos e tornar as contratações do Estado mais responsáveis ambientalmente, o Governo fluminense editou o Decreto 43.629, no dia 05 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente) de 2012. A adoção de práticas sustentáveis nas empresas públicas tornou-se uma meta a partir de então. Com isso, o presidente da Alerj, deputado **Paulo Melo (PMDB)**, garantiu, durante evento sobre compras públicas sustentáveis, no dia 12, que o novo prédio do Parlamento irá seguir os padrões de sustentabilidade existentes no mercado.

“A assessoria da Engenharia Civil será feita pela Empresa de Obras Públicas (Emop), porque queremos um prédio que respeite todas as normas ambientais. Queremos consolidar a Assembleia no seu

prédio administrativo e, ao mesmo tempo, no seu prédio político. Teremos estacionamentos para todos os carros, usaremos energia solar e a própria energia natural, pois pretendemos fazer um prédio que siga todos os padrões de sustentabilidade e economize dinheiro público com isso”, afirmou. O peemedebista disse ainda que pretende começar a construção do prédio até o final de 2013. “Gostaria de terminar a obra até o final da minha gestão, mas não sei se será possível. Já temos R\$ 150 milhões depositados no fundo da Alerj”, acrescentou.

Dentre os critérios que passam a nortear as licitações, de acordo com o Decreto 43.629, destacam-se a correta gestão de resíduos e a economia no consumo de energia e água. Presidente da Comissão de Obras Públicas da Alerj, o deputado **Pedro Fernandes (PMDB)** acredita que essa é uma tendência crescente. “Cada vez mais, as construções sustentáveis vão fazer parte do cenário das grandes cidades. Mais prédios levarão em conta o cuidado com o meio ambiente, utilizando soluções capazes de economizar recursos. E o papel dos gestores públicos é fazer com que este processo ocorra com mais velocidade”, afirmou. Líder do Governo na Casa, o deputado **André Corrêa (PSD)** lembrou que o Executivo fluminense é pioneiro na regulamentação do uso do poder de compra para fomentar uma cadeia de produção sustentável. “Isso é uma mudança cultural e, como toda transformação, gera resistência e precisa de amadurecimento institucional. O importante é que os primeiros passos estão sendo dados”, comemorou.

Exemplo a ser seguido

Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Minc lembrou que o Governo é um grande “demandador de obras e comprador de materiais”. “O objetivo é induzir critérios de sustentabilidade nas compras e obras públicas estaduais em todas as licitações, cartas-convite e pregões eletrônicos, desde a compra de papel até a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).



Érica Ramalho

Fotos: Gabriel Esteves



Cobertura do Maraca reaproveita água da chuva. E Fiocruz usa bicicletas para evitar carros, diz Rejane



Thaís Araújo

Fernandes pede rapidez em processo

Não adianta cobrarmos da população iniciativas ecologicamente corretas se não dermos o exemplo”, afirmou. O presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, deputado **Dionísio Lins (PP)**, concordou com Minc: “É importante que o poder público ajude na conscientização da população sobre a diferença entre preço e dispêndio, algo que só aparece a longo prazo”.

No Brasil, as compras públicas, também conhecidas como “compras verdes”, “licitação positiva” ou “eco-aquisição”, e a contratação de obras,

bens e serviços movimentam cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB), o que corresponde a algo em torno de R\$ 600 bilhões. Especialista no assunto, a coordenadora da Comissão de Gestão Sustentável da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rejane Tavares, apontou benefícios trazidos pelas novas práticas, como a chance de transformar os hábitos de consumo em geral. “A administração pública dá o exemplo e leva a população a também aderir aos critérios de sustentabilidade nas suas compras particulares”, arrematou.



Ruan Carneiro

André Corrêa elogia ações do Governo

Eco-estádio

Um gigante sustentável. Assim é o novo Maracanã, com uma cobertura que vai captar 50% da água da chuva para reutilizá-la na irrigação do campo e nos banheiros. Com o uso desses recursos, o estádio terá uma redução de 30% do consumo da água e de 8% no consumo de energia elétrica. Além disso, 75% do material de demolição – concreto, ferro, isopor e madeira – foram britados para serem reutilizados em outras obras públicas. “Não tenho a menor dúvida de que o Maracanã é um case de sucesso. Sua mudança é muito significativa em vários aspectos”, disse o presidente da Emop, Ícaro Moreno.

Poluir menos

Um exemplo de adequação às novas normas de licitação sustentável é a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz, em Manguinhos, zona Norte do Rio. “Compramos detergente, saco plástico e copos oxibiodegradáveis, lápis proveniente de reflorestamento, bloco de recados reciclado, canetas com laudo de toxicidade e computadores verdes, com menor concentração de metais pesados. Disponibilizamos bicicletas para os funcionários e alunos trafegarem pelas unidades da instituição, diminuindo a circulação de carros, poluindo menos”, destacou a coordenadora Rejane Tavares.



Gabriel Esteves

Melo: R\$ 150 milhões para novo prédio

CAPA

O preço não é tudo...

O evento que o Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado realizou no dia 12, para discutir as compras públicas sustentáveis, também contou com a participação de gestores públicos e empresas fornecedoras. O procurador do Estado, Rodrigo Mascarenhas, aproveitou para falar sobre a legislação estadual a partir de um dispositivo na Lei 5.690/10, que instituiu a política estadual sobre mudança global do clima e desenvolvimento sustentável. “O mais importante para vencer uma licitação não é apenas o preço. A empresa que estiver investindo no seu processo produtivo, obtiver certificação ambiental, estiver



Gabriel Esteves

Evento debateu desafios jurídicos, sociais e econômicos das compras sustentáveis

desenvolvendo programas de combate às mudanças climáticas e não tiver cometido infrações administrativas ambientais, ainda que tenha um custo um pouco maior, terá oportunidade de vitória”, comparou.

O assessor da Presidência do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Fernando Malta, apontou os desafios das compras sustentáveis. “O primeiro e maior desafio é jurídico,

porque ainda há uma insegurança sobre como implementar editais que possam levar a esse tipo de compra”, afirmou. Malta acredita que, em algumas situações, as empresas brasileiras já se adequaram, mas, em outras, ainda há desafios a serem vencidos. “Se o edital pedir algo relacionado à eficiência energética, as empresas estarão bem preparadas. No campo social, também vamos bem”, apontou.

CRACK

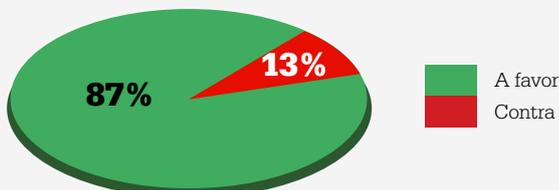
Atendimento aos usuários em discussão

FERNANDA PORTO

Reunidas para debater a internação compulsória (por intermédio de decisão judicial) de usuários de crack no estado, as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Saúde, de Turismo e de Prevenção ao Uso de Drogas da Alerj encerraram a audiência pública *Crack: internação compulsória é a solução?*, no dia 10, com o compromisso de criar uma comissão especial para acompanhar as políticas de atenção aos usuários. “Queremos discutir a estrutura física e técnica necessárias para o amplo atendimento a estas pessoas. Porque, hoje, podemos arriscar dizer que, se todos os usuários buscarem tratamento ao mesmo tempo, não haverá estrutura”, comunicou o deputado **Geraldo Pudim (PR)**, que conduziu o encontro.

ENQUETE

Você é contra ou a favor da internação compulsória dos viciados em crack?



Vote na próxima enquete: www.alerjnoticias.blogspot.com

MÍDIAS SOCIAIS

Sou muito a favor! Mas também, de uma investida social mais eficaz, tendo mais educação e mais empregos!

@dasilvabrito
Brito

Dia 08/06 às 02:12

Super a favor!
Quem ve eles todos os dias sabe!

@luizalbertot03
Luiz Alberto de Lima

Dia 09/06 às 01:44

a favor se coloca-os em um lugar que realmente tem estrutura

@reafulana
Renata Hilel Ribeiro

Dia 10/06 às 09:53

embora seja um processo muito sofrido, para preservar a vida do viciado e seus familiares, não tem outra solução. Os juizes relutam para deferir a intern.comp.

Claudia Salomão

Dia 12/06 às 19:23

A favor. Crack está mais para uma arma química do que uma droga.

@anderson_wernek
Anderson Wernek

Dia 13/06 às 09:53

Sou totalmente a favor eu acho que no momento não tem serviço melhor! Atenciosamente

Kleber Athayde

Dia 13/06 às 18:00



PARLAMENTO JUVENIL

A sétima edição

**Projeto iniciado em 2003
pretende mobilizar cerca de
1.300 escolas em 2013**

SYMONE MUNAY

Foram abertas as inscrições para a 7ª edição do Parlamento Juvenil (PJ) da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) com distribuição de cartazes (ilustração ao lado) e cédulas para as diretorias regionais de ensino dos 92 municípios fluminenses. Cada escola que aderir ao projeto conduzirá seu primeiro turno e escolherá seu representante com base no manual do candidato cedido pela coordenação do PJ. “Nossa meta para este ano é mobilizar pelo menos 1.300 escolas e possibilitar aos jovens o exercício da atividade política e a vivência do processo legislativo”, destacou o coordenador Eduardo Nunes.

As inscrições deverão ser feitas junto à direção ou à Comissão Eleitoral de cada escola no prazo estipulado, conforme as datas contidas no calendário abaixo. É obrigatória a assinatura do aluno na ficha de inscrição, que será confeccionada pela própria instituição de ensino.

Criado em 2003, o Parlamento Juvenil é um projeto da Alerj em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) e envolve as escolas estaduais de todos os municípios do estado do Rio. O objetivo é a formação política dos jovens com intenção apartidária e totalmente autônoma. O projeto segue os mesmos moldes de um Parlamento convencional, com direito à escolha da Mesa Diretora, Regimento Interno e votação em plenário. Durante uma semana, os estudantes passam a ter as mesmas atribuições de um deputado estadual e discutem e aprimoram projetos de lei de sua própria autoria.

Logo: ALERJ - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Logo: GOVERNO DO Rio de Janeiro - Secretaria de Estado de Educação

AQUI VOCÊ REPRESENTA A SUA CIDADE E DEFENDE O SEU ESTADO.

PARLAMENTO JUVENIL

INSCRIÇÕES ATÉ 12 DE JUNHO.

1º TURNO: 20 DE JUNHO DE 2013

2º TURNO: 15 DE AGOSTO DE 2013

PARLAMENTO JUVENIL, UMA ESCOLA DE DEMOCRACIA.

INFORMAÇÕES: (21) 2588-1480 / (21) 2588-1536. www.parlamento-juvenil.rj.gov.br

CALENDÁRIO DO PARLAMENTO JUVENIL

02/05 a 19/06	Apresentação, divulgação do projeto, oficinas nas regionais da Seeduc e campanha para o 1º turno
20/06	Eleições – 1º turno
21/06 a 14/08	Campanha para o 2º turno, considerando as avaliações do 2º bimestre e férias de julho
15/08	Eleições – 2º turno
16/08 a 30/09	Capacitações regionais com os eleitos
04 a 08/11	Instalação do Parlamento Juvenil na Alerj

CURTAS

Animais

Um núcleo de defesa dos animais será criado na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA). O anúncio foi feito no dia 13 pelo delegado titular da DPMA, José Fagundes Rezende, durante audiência da Comissão de Representação da Alerj que acompanha as políticas públicas de proteção aos animais. Entretanto, para o presidente do colegiado, deputado **Thiago Pampolha (PSD)**, a medida “não resolve completamente o problema”. O parlamentar lembrou que entregou à chefe da Polícia Civil, Martha Rocha, no dia 24 do mês passado, um manifesto assinado por 43 deputados pedindo que seja criada uma Delegacia Especializada de Proteção e Defesa dos Animais.

Transporte

Um balanço de 567 autos de infração, com R\$ 1,5 milhão em multas, foi o saldo de 2012 da Viação 1001, trazido pelo representante do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado (Detro-RJ), João Cassimiro, à audiência realizada pela Comissão de Transportes da Alerj, presidida pelo deputado **Marcelo Simão (PSB)**, no dia 11. De acordo com Cassimiro, em 2013, a 1001 já é responsável por R\$ 130 mil em multas, em um total de 113 autos. “A fiscalização não ocorre com a rapidez que desejamos, pois são 150 funcionários para toda a frota do estado”, explicou Cassimiro.

EIA/Rima

Em debate no dia 6, deputados defenderam a liberação da necessidade de apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) para áreas de extração de mármore, granito e rochas ornamentais em terrenos de até cinco hectares. A iniciativa pretende beneficiar os mineradores do estado, principalmente os da cidade de Santo Antônio de Pádua, no Noroeste. A discussão ocorreu em audiência da Comissão de Tributação da Alerj, presidida pelo deputado **Luiz Paulo (PSDB)**.



Fábio Peixoto

Participantes foram informados que estado terá U\$ 1 trilhão até o ano de 2020

Em conjunto com comissão federal, Alerj realiza encontro para discutir recursos para o Rio

VANESSA SCHUMACKER

O Rio é o estado que mais recebe investimentos. Só o setor de petróleo tem a previsão de receber, até o ano de 2020, recursos diretos e demandas de serviços que podem chegar a US\$ 1 trilhão (quase R\$ 3 trilhões). A informação foi dada, no dia 14, pela subsecretária de Comércio e Serviços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Serviços, Dulce Ângela Procópio. “O Rio vive um momento diferenciado e as oportunidades não estão somente no setor petrolífero, mas também em outros setores da economia, como o de serviços”, disse ela, durante seminário realizado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Alerj, presidida pelo deputado **Dionísio Lins (PP)**, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, representada pelo seu vice-presidente, o deputado federal Marcelo Matos (PDT-RJ).

Vice-presidente da comissão estadual, o deputado **Luiz Martins (PDT)** classificou a política de segurança pública do estado como um dos propulsores da economia. “Cito como exemplo o Morro do Alemão, na zona Norte da capital, que tem recebido empresas de

grande porte depois da chegada das unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e se tornou mais um ponto turístico do Rio, com a instalação do teleférico. O que vemos hoje é o sucesso da política de investimentos do estado”, comemorou o parlamentar. Representante da Fecomércio, Antônio Florêncio de Queiroz Junior lembrou que o estado oferece oportunidades em diferentes setores, mas ressaltou a necessidade de capacitação de mão de obra. “O pleno emprego não está representando a alta da produtividade porque temos um problema na capacitação da mão de obra. Nós da Fecomércio, com o Senac, temos ministrado diversos cursos de capacitação e, em quatro anos, passamos de 12 mil matrículas para 70 mil”, apontou.

O deputado **Iranildo Campos (PSD)** lembrou a participação da Alerj no processo de desenvolvimento do estado com a aprovação de leis de incentivo. O deputado federal Marcelo Matos disse que pretende continuar debatendo o tema e que esse foi “apenas o começo”. “Pretendemos levar esse fórum de discussões para os municípios do estado para discutir também o crescimento das cidades e o desenvolvimento de cada região,” anunciou.

Também participaram do seminário o deputado **Marcelo Simão (PSB)**, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Ordem Urbana de São João de Meriti, Sérgio Neto Claro, e o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado (Firjan), Carlos Fernando Gross.

CPI DAS CONSTRUTORAS

Fala, mutuário!



Fotos: Gabriel Telles



Cidadãos que compraram imóveis e tiveram problemas deram depoimento à CPI

Imobiliárias responsáveis por obras serão convocadas

CAMILLA PONTES

A

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Alerj criada para apurar as causas relativas ao

atraso na entrega de imóveis pelas construtoras no estado aprovou a proposta feita em reunião no dia 14, no Palácio Tiradentes, para convocar as imobiliárias responsáveis pelos empreendimentos vendidos e relatados com problemas. “Aprovamos a proposta dada pelo depoente por conta da importância do relato sobre as instituições intermediárias entre as construtoras e os compradores”,

confirmou o presidente da CPI, deputado **Gilberto Palmares (PT)**. A proposta foi feita pelo mutuário José Osório (*ver depoimento abaixo*), que comprou um imóvel em São Pedro da Aldeia, Região dos Lagos, em abril de 2011, na planta e com pagamento à vista, e ainda não o recebeu.

A CPI pretende convocar, além das imobiliárias, a Caixa Econômica Federal, entidade que concedeu alguns dos financiamentos, e as construtoras responsáveis. “Esses adquirentes foram lesados criminalmente. Está comprovada a necessidade de a comissão ouvir prefeituras, instituições financeiras responsáveis pelos financiamentos e as construtoras, enfim, todos os setores que fazem parte do processo imobiliário”, concluiu Palmares, frisando que o próximo passo será convocar os sindicatos ligados à construção civil e outros mutuários.

Também estavam presentes na reunião o deputado **Wagner Montes (PSD)**, relator da comissão, e os deputados **Luiz Paulo (PSDB)** e **Luiz Martins (PDT)**.

Depoimentos

José Osório

O negócio com o mutuário José Osório foi feito através da Imobiliária Júlio Bogoricin. Segundo ele, a construtora AG Prima, responsável pelo empreendimento, não era a proprietária do terreno, tampouco a imobiliária. “Foram vendidos mais de 200 imóveis que não serão construídos, pois os donos da área entraram com uma ação judicial pedindo a reintegração do terreno. Comprei com a imobiliária, inclusive tenho o recibo de pagamento, e ela tem que ser responsabilizada”, relatou Osório, que disse, ainda, que a Júlio Bogoricin nega a responsabilidade pela venda.

“Donos da área entraram com ação judicial”



Erick Tavares

O advogado e mutuário Erick Tavares falou sobre alguns dos problemas que enfrentou com o Grand Valley, em Icaraí, Niterói. “Comprei meu apartamento em novembro de 2007, e a entrega estava prevista para novembro de 2010. Precisamos entrar com um pedido no Ministério Público (MP-RJ), que impôs à construtora Gafisa S/A uma multa elevada por dia de atraso. Por fim, recebemos o imóvel somente em dezembro de 2012”, disse. Tavares comentou ainda que muitas unidades estão com vazamentos e infiltrações. “Quando recebemos os imóveis, o elevador apresentava problemas por falta de manutenção”, completou.

“Recebi o imóvel somente em dezembro de 2012”



Eco Park

O advogado Marcelo Funes compareceu ao debate representando 150 famílias que, após dois anos de atraso, estão começando a receber as unidades do Condomínio Eco Park, em Maria Paula, Niterói. Segundo Funes, a construtora Living alegou carência de mão de obra como motivo para o atraso na entrega. De acordo com ele, porém, apesar da entrega dos apartamentos já ter começado, os mesmos estão sem condição de habitabilidade: 83 unidades foram reprovadas por uma fiscalização da Caixa Econômica Federal (CEF), por conterem vazamentos que comprometiam a estrutura.

“Imóveis estão sem condição de serem habitados”



70 anos de direitos

Deputado fala sobre a CLT e frisa que é preciso assegurar mais avanços para todos

BÁRBARA SOUZA

Todo o Homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana. É o que assegura o artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Porém, cinco anos antes, o Brasil havia adiantado a oficialização desses direitos com a Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT, que completou 70 anos em 2013, foi criada pelo Decreto-Lei 5.452,

de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, dois anos depois de a Justiça do Trabalho ter sido instituída. A Consolidação foi assinada pelo então chefe do Executivo nacional no Estádio de São Januário, no que os jornais classificaram como “empolgante espetáculo cívico”.

Com o passar dos anos, a legislação foi se adequando às mudanças sociais, culturais, políticas e tecnológicas. A CLT precisou, por exemplo, se adaptar ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, à inclusão de pessoas com deficiência, ao crescimento da informalidade e à terceirização do trabalho. Presidente da Comissão de Trabalho da Alerj, o deputado **Paulo**

Ramos (PDT) enxerga muitos avanços, mas disse que ainda é preciso melhorar. Segundo o pedetista, desrespeitos como trabalho infantil e escravo, atraso de salários e não pagamento dos direitos trabalhistas têm que acabar. “Estamos comemorando o que ainda se pretende realizar. Mesmo depois de sete décadas, os direitos ainda não atingiram toda a classe trabalhadora”, afirmou



CLT - principais direitos garantidos

- Instituição do salário mínimo
- Criação da jornada de trabalho de oito horas por dia
- Instituição de férias com remuneração
- Licença maternidade



Ruano Carneiro



As mudanças nas carteiras de Trabalho acompanharam os avanços em sete décadas da assinatura, pelo presidente Getúlio Vargas (centro, abaixo), da CLT, o que foi visto como “empolgante espetáculo cívico” pelos jornais. “Comemoramos o que se pretende realizar”, disse Ramos (acima)

